
Entre Dicotomias E Silenciamentos: O Fazer Político Feminista Nas Redes Sociais¹

Mayara Larissa Benatti da SILVA²
Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR.

RESUMO

O ativismo feminista teve colaboração significativa do ciberespaço, o qual diminuiu custos e possibilitou que as ativistas potencializassem discursos pessoais contendo denúncias e desabafos. Apesar dos espaços online serem propícios para quebrar a barreira do silenciamento histórico das mulheres, nos mesmos também perpetuam-se discursos misóginos. A partir disso, o presente artigo busca discorrer sobre a dicotomia público-privado para avaliar limites e potencialidades do fazer político feminista nas redes sociais a partir do que a literatura disponibiliza sobre o tema e também a partir das *hashtags* #MeToo e #DeixaElaTrabalhar no Twitter.

PALAVRAS-CHAVE: ciberativismo; democracia; feminismo; política.

Introdução

As redes sociais transformaram de maneira significativa a forma como as comunicações interpessoais acontecem. Elas permitem a conexão entre as pessoas conectadas, possibilitando assim a troca e a circulação de informações. Assim sendo, ferramentas online que permitem produções pessoais se tornaram parte fundamental dentro da militância, já que possibilitam o encontro de grupos com interesses em comum, sem barreiras geográficas. O ciberespaço colaborou de maneira muito significativa no que diz respeito à diminuição de custos, o que permitiu que uma parte das ativistas lutem em prol de suas causas sem mesmo se deslocar, possibilitando o engajamento em causas que talvez não fosse possível sem essas tecnologias. O ciberativismo (PAIVA; SILVA, 2013) feminista encontrou nesses espaços online uma maneira de potencializar discursos pessoais contendo denúncias, opiniões, desabafos, entre outras produções e compartilhamentos de conteúdos personalizados e individuais. Neste contexto, as *hashtags* apresentam um papel fundamental para o ciberativismo feminista. Após um ocorrido de destaque, tem sido comum que as feministas se

¹ Trabalho apresentado na DT 8 – Estudos Interdisciplinares da Comunicação do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 20 a 22 de junho de 2019.

² Mestranda do Curso de Ciências Sociais da UEM, e-mail: benattimayara@gmail.com.

articulem e façam protestos no Twitter contando com a ajuda primordial das *hashtags*, que organizam todos os posts realizados acerca daquele tema. Para que um assunto alcance notoriedade rapidamente, são organizados os chamados tuítaços (no Brasil), os quais consistem em tentar “subir” uma *hashtag* e levá-la ao conhecimento público, para que atinja o maior número de pessoas informadas sobre o assunto e, se possível, também engajadas.

O presente trabalho tem como objeto de estudo duas *hashtags* feministas que se encaixam nesse contexto. A maior delas, *#MeToo*, nasceu e se tornou internacionalmente conhecida no ciberespaço após a série de denúncias contra Harvey Weinstein, um famoso produtor cinematográfico norte americano. O produtor foi denunciado por agressão sexual e estupro por diversas mulheres de Hollywood, o que causou uma comoção a nível global, especialmente no Twitter. Para trazer a discussão ao contexto nacional, foi selecionada também a *hashtag* *#DeixaElaTrabalhar*, mais recente que a anterior, inserida no ciberespaço após o assédio sofrido pela repórter Bruna Dealtry durante uma cobertura de um jogo de futebol, por um torcedor. *#DeixaElaTrabalhar* evidenciou o assédio sexual sofrido por repórteres esportivas e também abriu o debate sobre o assédio no local de trabalho, mais especificadamente em um ambiente de domínio masculino, como é o futebol e outros esportes. As duas *hashtags* apresentam semelhanças, primeiro por surgirem da mesma faceta do machismo: o assédio sexual; e também por esses assédios terem acontecido no ambiente de trabalho das mulheres que os denunciaram. Desta forma, o presente trabalho pretende analisar, entre limites e possibilidades, como esse tipo de ativismo colabora com noções de democracia e participação, se é uma forma de luta contra o silenciamento histórico das mulheres e também propor reflexões sobre ciberativismo e feminismos.

Entre Dicotomias E Silenciamentos: O Fazer Político Feminista Nas Redes Sociais

Sempre há algo não dito e ainda por dizer, sempre há uma mulher lutando para encontrar palavras e vontade de contar sua história. Todos os dias, cada uma de nós inventa o mundo e o eu diante desse mundo, abre ou fecha o espaço para outros dentro dele. O silêncio está sendo incessantemente rompido e então, como onda encobrindo as pegadas, os castelos de areia, as algas e as conchas lavadas, o silêncio ressurge. Em partes, construímo-nos a partir de nossas histórias sobre nós mesmas e o nosso mundo, juntas e separadas. A grande experiência feminista de refazer o mundo refazendo nossas ideias de gênero e instigando quem tem o direito de romper o silêncio tem tido imenso sucesso e ainda continua extremamente incompleta. (SOLNIT, 2017, p. 83)

Antes de começar este trabalho, uma grande preocupação se passava sobre a desconstruir a ideia de que a internet, e conseqüentemente, os ambientes construídos pelas redes sociais online, carregam um ideal de avanço tecnológico e "modernidade" universal. A palavra modernidade aparece aqui entre aspas por se tratar de um conceito construído e vindo da colonização (MIGNOLO, 2015). Portanto, é necessário ponderar que estes são espaços, muitas vezes, propícios a formação de discursos com caráter universalista e privilegiados:

Na verdade, a cultura, a informação e o conhecimento sempre foram esferas privilegiadas de dominação econômica e política. A diferença é que nestes dias de capitalismo tardio ou pós-fordista esse fato ficou mais evidente. (MIGNOLO, 2015, p. 386)

É necessário ponderar que a narrativa única de que as redes sociais da internet trazem um ideal de transformação, inovação e novamente, de modernidade, precisa ser descartado. É preciso, portanto, desfazer-se do mito de progresso antes da presente análise, para assim, avaliar os aspectos nos quais a internet democratizou o acesso aos feminismos, ou não, apontando limites e possibilidades a partir disso.

Vale observar ainda que, mesmo que a internet seja um instrumento efetivamente novo, ela vem para aprofundar tendências historicamente presentes na sociedade capitalista contemporânea, não existindo, no entanto, indicações de que seja um fator de transformação radical da estrutura social, do sistema de estratificação e das normas e valores da sociedade. (PINHO, 2011, p. 104)

A partir dessa reflexão, portanto, é possível prosseguir avaliando, entre limites e possibilidades as maneiras como as redes sociais colaboraram para o ativismo feminista, no que diz respeito a democratizar a fala e lutar contra o silenciamento. Quando se pensa em maneiras de exercer a democracia e a participação logo vem em mente o modelo de esfera pública construído por Jürgen Habermas (1984;1997). O autor considera a esfera pública como uma arena não formal onde são debatidos assuntos de interesse geral e onde opiniões podem ser formadas. Essa participação é considerada primordial para a efetividade do conceito de democracia deliberativa. Para Habermas a comunicação informal também é importante para o debate sobre questões públicas e demandas a serem enviadas ao corpo administrativo. O ponto central desta seção é entender as redes sociais enquanto espaços propícios para a formação de esferas públicas e refletir sobre os conceitos de democracia e participação na rede a partir dos

objetos propostos. Lembrando que o conceito de esferas públicas é utilizado no plural, visto que será problematizado posteriormente o conceito constituído por uma única e universal esfera pública, conseqüentemente pensando para o ideal de um sujeito neutro e universal. Uma autora que apresenta críticas consistentes a Habermas é Iris Marion Young, a qual reconhece a importância do modelo de esfera pública e a teoria de ação comunicativa constituídos por Habermas, mas que apresenta um pensamento crítico às dicotomias presentes nessas teorias.

Habermas mantém vestígios da dicotomia entre razão e afetividade. Ele separa de forma bastante firme o discurso sobre sentimentos do discurso sobre normas. Seu modelo da própria linguagem, além disso, depende muito de um paradigma de argumentação discursiva, retirando a ênfase aos aspectos metafóricos, retóricos, lúdicos e corporificados da fala que são um aspecto importante do seu efeito comunicativo. (YOUNG, 2012, p.196)

O público é considerado para o autor diretamente ligado à razão, enquanto que o privado é relacionado aos sentimentos e desejos. Essa separação é bem presente em suas teorias e define que um sujeito racionalizado está necessariamente separado de suas necessidades, desejos, sentimentos e todo o conjunto de definições atribuídas e relacionadas à esfera privada. Pensando nisso, outra autora que defende a desconstrução dos ideais de imparcialidade e universalidade é Anne Phillips, a qual defende que a neutralidade é impossível e impraticável, visto que não é possível que alguém abandone seu corpo e suas características visíveis ao entrar na arena pública:

[...]não há indivíduo neutro quanto ao gênero e, quando os liberais tentam lidar conosco apenas em nossa condição de cidadãs abstratas, estão desejando apagar não apenas diferenças de classe, mas aquelas que podem ser diferenças ainda mais intransigentes de sexo. A democracia liberal deseja ignorar (e o republicanismo cívico deseja transcender) todas as identidades e diferenças mais locais; na realidade, as duas tradições insinuam o corpo masculino e a identidade masculina em suas definições da norma. (PHILLIPS, 2011, p. 341)

Essas análises certamente trazem novas reflexões sobre a democracia para além do Estado. Mas, afinal, o que é democracia? Esta é uma questão complexa e controversa, já discutida amplamente e com muitas interpretações diferentes, como aponta Anthony Giddens. A definição do autor tem como um de seus pilares a liberdade civil: “[...] liberdade de expressão e discussão, juntamente com a liberdade de formar grupos ou associações políticas e de neles ingressar.” (GIDDENS, 1999, p. 78) . Desta

maneira, a formação de grupos com interesses em comum, bem como a articulação das participantes com o objetivo de reivindicar um direito, expor um problema ou discutir sobre algum tema, podem configurar, a priori, como práticas democráticas.

O contato com o objeto analisado, as hashtags #MeToo e #DeixaElaTrabalhar, proporciona reflexões sobre como a democracia se articula na rede, especialmente no que diz respeito ao conceito estar diretamente ligado à liberdade de expressão e discussão. Discutir, desabafar, reivindicar e expôr um tema como é o abuso sexual, tema central das duas hashtags propostas, certamente demonstra que os espaços online se mostraram, de alguma forma, como espaços onde é possível que até mesmo esses temas sensíveis sejam abordados e discutidos amplamente. Isso revela também o quão urgente é a reivindicação pelo ato de expôr, e que funciona também como uma barreira imposta contra o silenciamento histórico das mulheres.

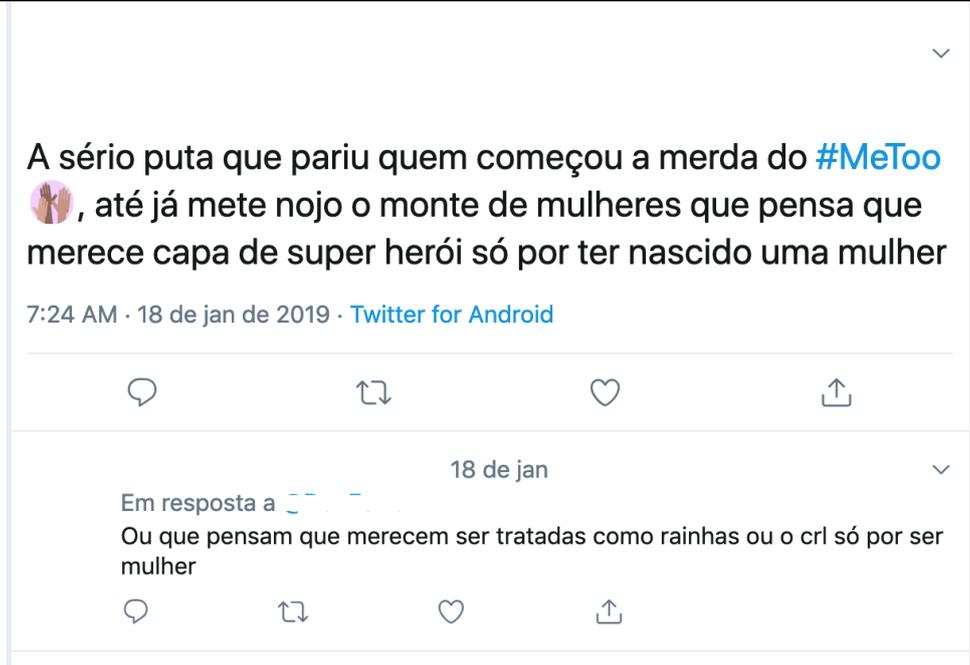
Em *A Mãe de Todas as Perguntas*, Rebecca Solnit escreve um ensaio dedicado à reflexão sobre as diversas maneiras de silenciamento das mulheres. A autora faz uma defesa sobre o poder da fala e de contar a própria história, dizendo que ter voz é fundamental. Afinal, se uma mulher não conta pelo que passou, não traz aos ouvidos alheios a sua história e, assim sendo, não pode ser ouvida. A voz, ainda, não diz respeito apenas ao ato de falar, mas também de se posicionar perante alguma situação, participar ativamente, reivindicar ou até mesmo sobre ter o direito de não falar em algumas situações. Tudo isso faz parte do que a autora considera como a ideia de voz ampliada para a ação. Dessa forma, é possível compreender que o silenciamento ocorre de diversas maneiras, não somente no que diz respeito exclusivamente a voz.

Um marido bate na mulher para silenciá-la; um namorado ou um conhecido estuprador impede que o "não" da sua vítima signifique o que deveria significar, isto é, que a jurisdição sobre o seu corpo pertence apenas a ela; a cultura do estupro afirma que o depoimento das mulheres não tem valor, não merece confiança, os ativistas contra o aborto também procuram silenciar a autodeterminação das mulheres; um assassino silencia para sempre. (SOLNIT, 2017, p. 30)

É válido falar que além das mulheres, outros grupos minoritários não estão sendo ouvidos. E que dentro da categoria mulheres existem outras categorias, com mais ou menos privilégios. Os silenciamentos de outros grupos também são temas/objetos de estudo muito válidos, no entanto, no presente momento do trabalho, foco no silenciamento das mulheres a partir da perspectiva enquanto gênero.

Apesar das barreiras impostas pelo silêncio, a possibilidade de expor reivindicações na internet se tornou uma maneira de romper, ainda que com limites, esse silenciamento. No trecho “O silêncio e a vergonha são contagiosos; a coragem e a fala, também.”, Solnit aponta que a internet e as redes sociais tem construído uma poderosa rede de apoio entre mulheres. Portanto, quando uma mulher, a partir de sua experiência individual, apresenta uma denúncia ou desabafo sobre algo a partir do uso de uma hashtag, um dos efeitos que pode ocorrer é o de contagiar outras mulheres a fazer o mesmo. Se a premissa para que o silêncio deixe de existir e dê lugar à voz é que existam as condições ideais para isso, o fato de uma mulher (ou mais) tomar a iniciativa e falar sobre si, especialmente quando cabe a reivindicação de um direito, pode desempenhar um papel fundamental na quebra do silêncio. Se o silêncio foi um dos responsáveis pela longa perpetuação da cultura do estupro, ainda resistente nos dias atuais, o ato de expôr a sua versão da história pode fazer as coisas caminharem um pouco.

Apesar de todos os avanços vindos a partir da quebra do silêncio a partir do ciberativismo, que como consequências positivas resultou em empoderamento, acesso à informação, entre outros, as redes sociais passam também pelo oposto. A autora pontua que tentativas de silenciamento persistem na rede e claramente isso não parece ser uma surpresa. Campanhas com uso de hashtags se tornam alvo de ataques apropriando-se da hashtag ou ainda, atacando as ativistas. De fato, os espaços públicos em sua homogeneidade são marcados pela exclusão de diversos grupos sociais, entre eles, mulheres e entre as mulheres, outras tantas categorias. Nos espaços online, onde basta ter um perfil em uma rede social para dizer algo, até mesmo sem a necessidade de se identificar, não seria diferente.



Na imagem acima, *Tweets* da seleção documentada a partir da *hashtag* #MeToo, ilustram como as campanhas feministas nas redes sociais se tornaram alvo de discursos de ódio.

Diante da infinidade de campanhas e mulheres que são alvos de discursos de ódio misóginos nas redes sociais, Solnit é cuidadosa ao dizer que, ao mesmo tempo em que se têm avanços a partir dessa forma de ativismo, também se têm alguns regressos.

As redes sociais também se tornaram palco de campanhas furiosas para silenciar as mulheres que denunciavam a misoginia e a violência contra as mulheres, e o Twitter, em particular, tolerou amplas campanhas de estupro e ameaças de morte. Converteu-se em uma nova plataforma, tanto para romper o silêncio quanto para impô-lo com ameaças e intimidações. (SOLNIT, 2017, p. 82)

A partir disso, a ponderação sobre os espaços online é necessária ao estudá-los. Fica claro que o ideal utópico de inteligência coletiva imaginado e proposto por Pierry Lévy está longe de se concretizar. Quando o autor propôs que esses novos meios de comunicação iriam "renovar profundamente as formas do laço social, no sentido de uma maior fraternidade, e ajudar a resolver os problemas com os quais a humanidade hoje se debate" (LÉVY, 2000, p. 13), provavelmente não imaginou que a internet não solucionaria estes problemas. As interações na internet deixam claro que as relações de poder se perpetuam nestes espaços e a resistência se faz necessária. Se a proposta do autor era a de que os ambientes online criariam um senso de fraternidade em todas as pessoas ali presentes, as presentes análises mostram que não. Afinal, como é possível

reunir e conciliar pluralidades apenas a partir da fraternidade? Os laços sociais, de fato, se renovaram e continuam este processo de transformação, mas isso não significa, por si só, um efeito positivo.

Para discutir sobre o silenciamento histórico das mulheres, a discussão sobre a dicotomia público-privado apresentada e já muito discutida pela bibliografia feminista pode ser útil para compreender melhor os motivos da existência e resistência deste silenciamento. Essa relação é contestada por trazer uma universalidade para a esfera pública, a qual define que alguns assuntos e experiências deveriam estar na esfera privada e, assim sendo, não seriam políticos. O modelo composto por uma única esfera pública universal, que na verdade é construído pensando em um sujeito homogêneo implica na exclusão de diversos grupos. Ideais de razão, impessoalidade, neutralidade e universalidade compõem o ideal de esfera pública, enquanto relações familiares, afetivas e outras relações de caráter pessoal e íntimo ficam restritas à esfera privada.

A contribuição dessa discussão ainda se faz presente nos atuais estudos feministas e especialmente no presente trabalho. O principal tema ao qual as hashtags propostas giram em torno, a exposição de um assédio sexual, revela que alguns assuntos vistos como privados não devem permanecer na esfera do privado. Reivindicações como são as das *hashtags* propostas nos convidam a perceber a necessidade de se falar sobre o que acontece e a urgência em ser ouvida. Temas que envolvem a vida íntima não são invioláveis e estão dia após dia sendo reivindicados.

O ideal da imparcialidade prejudica no avanço de uma sociedade mais democrática. Isso porque a universalidade é impossível de ser atingida, visto que esse ideal está carregado parcialidade. Se apenas alguns grupos privilegiados têm acesso a decisões, grupos oprimidos perdem o direito às suas próprias vozes. Dessa forma, quando uma mulher decide expôr uma situação que está acontecendo em sua vida privada, como é o caso de uma denúncia de assédio, ou mesmo apoiar outras mulheres que estão denunciando, de repente, surgem vozes dizendo que aquele discurso não pode fazer parte daquele lugar, que aquela mulher não tem o direito de falar.

Se os grupos oprimidos questionarem a suposta neutralidade dos pressupostos e políticas vigentes e expressarem suas próprias experiências e perspectivas, suas reivindicações serão tomadas como a expressão de interesses especiais enviesados e egoístas, que se desviam do interesse geral imparcial. O compromisso com o ideal da imparcialidade, portanto, torna difícil expor a parcialidade do ponto de vista supostamente geral e reivindicar que os oprimidos sejam ouvidos. (YOUNG, 2000, p. 193)

A redefinição do conceito de política foi uma das maiores contribuições da segunda onda do feminismo, com o slogan "O pessoal é político", as feministas dessa onda buscavam reivindicar que temas antes delimitados à esfera privada fossem reivindicados na esfera pública. As relações naturalizadas como íntimas e pessoais, passam a ser vistas como relações de poder e assim sendo, carregadas de política. Em Michel Foucault podemos compreender porque as relações não são apenas pessoais. Qualquer relação é carregada de poder, seja na família, no trabalho, na afetividade ou ainda, nos espaços online e relações que se constroem neles.

Onipresença do poder: não porque tenha o privilégio de agrupar tudo sob sua invencível unidade, mas porque se produz a cada instante, em todos os pontos, ou melhor, em toda relação entre um ponto e outro. O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E "o" poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apóia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las. Sem dúvida, devemos ser nominalista: o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada. (FOUCAULT, 1988, p. 89)

O direito ao espaço privado é, ao mesmo tempo, uma ideia de valor fundamental e também está intrinsecamente ligada à ideia de dominação, como aponta uma parte da bibliografia feminista. Afinal, quem tem direito ao privado em uma sociedade patriarcal? Quem tem o privilégio para exercer livremente a ideia do privado? Violência doméstica, estupro, entre outras formas de violência muitas vezes estão escondidas por trás da cortina da esfera privada. É preciso, desta forma, politizar também o privado, descortinar as visões para que as relações ali presentes não sejam vistas como apenas intimidade. O direito ao próprio corpo, a dizer não e à própria privacidade.

A visão de que a violência sexual é constitutiva das relações entre mulheres e homens, assim como a identificação do estupro como arma do patriarcado e como arma rotineira de intimidação das mulheres, corrobora a definição de que a privacidade é parte de um ideário que serve à dominação masculina. Sobretudo no feminismo dos anos 1960 e 1970, o afeto, a sexualidade e o corpo foram politizados por meio de manifestações e de testemunhos que permitiram levar a público as perspectivas de mulheres, em um processo que objetivou, ao mesmo tempo, redefinir as regras do jogo e conscientizar as próprias mulheres. Nesse período, a noção de direito ao corpo foi fundamental em diferentes partes do mundo para o ativismo contra a violência doméstica e o estupro, assim como a luta pelo complexo de

direitos relacionados à reprodução, como o direito ao aborto. Essa atuação política fortaleceu a compreensão de que cabe às teóricas feministas construir categorias de análise que levem em consideração as experiências vividas pelas mulheres. (BIROLI, 2014, p. 41)

Conclusão

Considerando essas contribuições, podemos perceber que as críticas à dicotomia entre público e privado, além de redefinirem o conceito de política, redefiniram também o conceito de democracia. Para além da noção de um Estado democrático, essas discussões trouxeram à luz questões sobre a democratização das relações cotidianas e tantas outras especificidades do que estava escondido por trás do véu da esfera privada. Trata-se, portanto de democratizar a participação política a partir da constituição de um público heterogêneo.

Se abrimos mão do ideal da imparcialidade, não resta justificativa moral para processos de tomada de decisão com relação à ação coletiva que não sejam democráticos. Em vez de um contrato fictício, exigimos estruturas de participação verdadeiras, nas quais pessoas reais, com suas diferenças geográficas, de gênero, étnicas e profissionais, afirmam suas perspectivas sobre questões sociais dentro das instituições que incentivam a representação de suas distintas vozes. (YOUNG, 2000, p. 194)

A democratização das instâncias homogêneas depende de fazer uma democracia com espaço para a pluralidade. Esse espaço só se faz quando existem condições igualitárias para que os diversos grupos possam se expressar, sem violência, silenciamentos e com autonomia para que haja a capacidade de florescer, entre as diferenças, a democracia. Os espaços online colaboram em partes para que haja a capacidade de falar e de ser ouvida, ao mesmo tempo em que surgem discursos de ódio, misóginos, racistas, transfóbicos, LGBTfóbicos, elitistas, entre tantos outros capazes de silenciar. Apesar disso, a luta que se faz diariamente pelos ciberativismos conquistou bons frutos até aqui e a resistência se faz necessária.

Existe uma luta constante entre o silêncio e o rompimento deste silêncio, e que está longe de acabar. Essa luta se faz necessária diariamente e o caminho está em ouvir outras mulheres, aprender com elas (LUGONES, 2014) e fazer ouvir a própria voz. É um processo de desconstrução e construção. Desconstrução de décadas de silêncio, leis, políticas e tantas estruturas e convicções enraizadas. Construção de formas e espaços de fala, transformação de leis para que se adequem a esse cenário, reinvenção dos conceitos de democracia e política. Para finalizar, o discurso de Audre Lorde na

Associação de Línguas Modernas em 1977³ é muito inspirador no que diz respeito a resgatar a própria voz e entender que o silêncio não traz segurança.

Muitas vezes penso que preciso dizer as coisas que me parecem mais importantes, verbalizá-las, compartilhá-las, mesmo correndo o risco de que sejam rejeitadas ou mal-entendidas. Mais além do que qualquer outro efeito, o fato de dizê-las me faz bem. [...] Podemos aprender a trabalhar e a falar apesar do medo, da mesma maneira que aprendemos a trabalhar e a falar apesar de cansadas. Fomos educadas para respeitar mais ao medo do que a nossa necessidade de linguagem e definição, mas se esperamos em silêncio que chegue a coragem, o peso do silêncio vai nos afogar. (LORDE, 1977)

É neste sentido que as percepções, até o presente momento do trabalho, têm se feito presentes. São mulheres contando suas histórias, desabafando, dizendo não, apesar das tentativas de silenciamento. E assim se faz o caminho nos feminismos, a partir de luta e resistência. Os avanços existem, precisamos comemorá-los, mas ainda sim o ato de resistir se faz necessário nas instituições acadêmicas, nos espaços online, nas situações do cotidiano, dia após dia.

³ Discurso completo disponível em: <<https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>>. Acesso em: 10/04/19

REFERÊNCIAS

- BIROLI, Flávia. “**O público e o privado**”, in MIGUEL, Luis Felipe E BIROLI, Flávia. (orgs). *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 31-46, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Tempo Brasileiro, 1984.
- HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2000.
- LUGONES, Maria. **Rumo a um feminismo descolonial**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.
- MIGNOLO, W. **A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial**. Civitas, Porto Alegre, n. 3, v. 15, p.381-402, Sep, 2015.
- PAIVA, Cláudio Cardoso de ; SILVA, Irley David Fabricio da. **Ciberativismo e democracia nas redes sociais**. Um espaço de reivindicações e direitos. In: XV CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE, 2013, Mossoró-RN. Anais Intercom. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nordeste2013/resumos/R37-0823-1.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2019.
- PHILLIPS, Anne. **O que há de errado com a democracia liberal?** Rev. Bras. Ciênc. Polít., Dez, no. 6, p.339-363, 2011.
- PINHO, José Antonio Gomes de. **Sociedade da informação, capitalismo e sociedade civil: reflexões sobre política, internet e democracia na realidade Brasileira**. Rev. adm. empres., São Paulo, v. 51, n. 1, p. 98-106, Feb. 2011.
- SOLNIT, Rebecca. **A mãe de todas as perguntas: reflexões sobre os novos feminismos**. São Paulo: Schwarcz S.A, 2017.
- YOUNG, Iris Marion. **O ideal da imparcialidade e o público cívico**. Revista Brasileira de Ciência Política, Dez 2012, no.9, p.169-203.